



MIGRAÇÃO RURAL-URBANA NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO SISAL

Tamires da Silva Brito

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

¹Graduanda em Geografia e bolsista de Iniciação Científica do GEOMOV/UEFS

E-mail: tam.tamires10@gmail.com

Onildo Araujo da Silva

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

²Professor titular da Universidade Estadual de Feira de Santana - Doutor em Geografia.

E-mail: fssilvafs@hotmail.com

RESUMO

Esse trabalho consiste de dados extraídos da pesquisa intitulada *A dinâmica urbano-rural e a reorganização do espaço nas pequenas cidades do Território do Sisal no Estado da Bahia-Brasil: da reestruturação da cadeia produtiva do sisal à consolidação do tecido associativo (1990 – 2014)* e do plano de trabalho de iniciação científica intitulada *A influência da migração para a (re) organização do espaço nas pequenas cidades no Território do Sisal (1990 – 2014)*, a pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq) foi realizada pela equipe do Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais (GEOMOV), da Universidade Estadual de Feira de Santana e o projeto de iniciação científica foi financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). A migração da zona rural para a zona urbana é um fenômeno corriqueiro nos municípios do Território do Sisal no Estado da Bahia-Brasil, sabendo disso, traçamos como objetivo principal analisar a cidade pequena com foco na interface urbano-rural em alguns municípios do Território do Sisal, a saber: Lamarão, Queimadas, Retirolândia, Teofilândia, Tucano e Valente. Por fim, neste trabalho buscamos apresentar em forma de gráficos, quadros e tabelas as análises e resultados nessa interface em alguns municípios do Território do Sisal.

Palavras – chave: Migração, Rural-Urbano, Território do Sisal.

INTRODUÇÃO

A migração da zona rural para a zona urbana é um fenômeno que verificamos nos municípios do Território do Sisal no Estado da Bahia-Brasil a partir de uma investigação que teve o objetivo de analisar a cidade pequena com foco na interface urbano-rural. Portanto, perguntamos sobre a mobilidade dos residentes nas cidades



pequenas e obtivemos respostas sobre a migração entre as cidades, entre os Estados da Federação e intramunicipal.

Nesse texto apresentamos dados sobre essa migração dentro dos municípios, destacando os motivos da mesma e relacionando com as características da atividade econômica predominante no território: o cultivo do sisal.

Assim, iniciamos com uma breve caracterização do Território do Sisal e, em seguida, apresentamos uma síntese sobre o conceito de migração para embasar os tópicos seguintes, onde apresentamos os dados com as quantidades de deslocamentos, os períodos e as motivações para as mudanças de local de residência.

É preciso destacar que os dados são parte da pesquisa intitulada *A dinâmica urbano-rural e a reorganização do espaço nas pequenas cidades do Território do Sisal no Estado da Bahia-Brasil: da reestruturação da cadeia produtiva do sisal à consolidação do tecido associativo (1990 – 2014)* e do plano de trabalho de iniciação científica intitulada *A influência da migração para a (re) organização do espaço nas pequenas cidades no Território do Sisal (1990 – 2014)*, a pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq) foi realizada pela equipe do Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais (GEOMOV), da Universidade Estadual de Feira de Santana e o projeto de iniciação científica foi financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). A todas as pessoas e instituições que colaboraram com nosso trabalho deixamos aqui registrado nosso reconhecimento e agradecimento.

CARACTERIZANDO O TERRITÓRIO DO SISAL



O Território do Sisal é formado por vinte municípios (Figura 1), são eles: Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichú, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

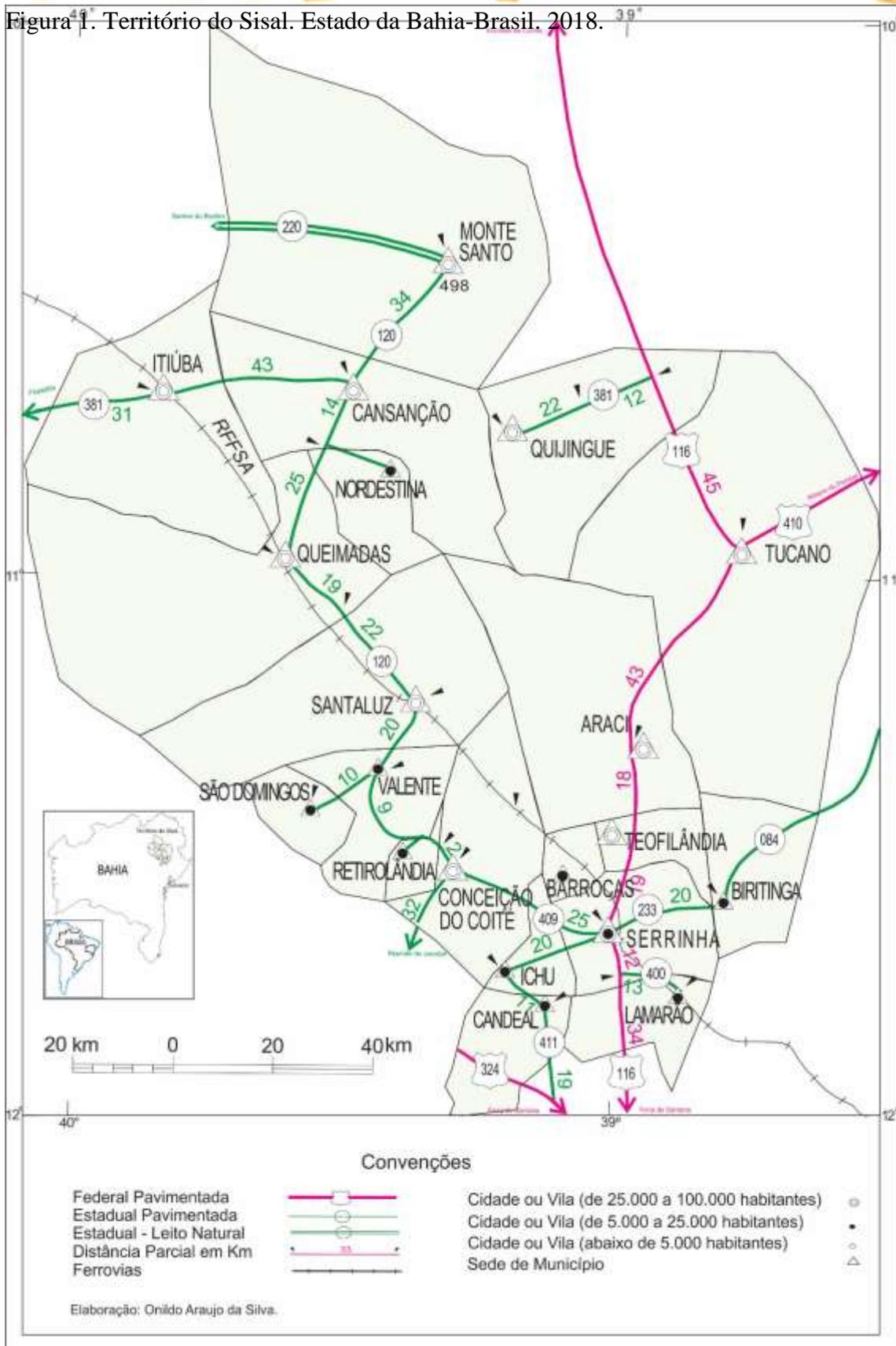
O Território do Sisal possui como base da economia o plantio e beneficiamento (que consiste, principalmente, na fabricação de fios, cordas e tapetes) da agave sisalana, planta xerófila muito bem adaptada as condições de semiaridez predominante nos municípios que compõe o território. De acordo com Santos e Silva (2018) podemos demarcar os seguintes períodos na dinâmica da cadeia produtiva do sisal: gênese da lavoura sisaleira; constituição do sistema produtivo do sisal; apogeu do ouro verde do sertão; a década perdida do sisal; e o período de reestruturação. Cada fase com uma característica específica, a saber:

O período que denominamos de gênese da lavoura sisaleira vai do início do século XX até o início da década de 1940. Marcam esse período a chegada à Bahia dos primeiros bulbilhos de sisal e a transformação do plantio de ornamental (cerca viva) em comercial para obtenção de fibra. [...] O período que denominamos constituição do sistema produtivo do sisal se estende do início da década de 1940 até o final da década de 1950. Marca esse período a consolidação das lavouras, a instalação de usinas de beneficiamento e o amplo incentivo ao plantio de sisal. [...] O período que denominamos de apogeu do ouro verde do sertão, as décadas de 1960 e 1970, se caracteriza pela ampliação do sistema montado para exportar sisal. [...] A década de 1980 é um período de forte crise, a década perdida do sisal, quando verificou-se queima de sisalais, ampla redução da produção e da produtividade e queda no preço da fibra no mercado internacional. [...] O debate sobre a crise, a partir da década de 1990, gerou uma ampla associação entre o Estado, as empresas e a sociedade civil organizada para buscar soluções. De posse de um diagnóstico mais preciso, a partir da década de 1990, período de reestruturação, assistimos a uma ação conjunta de pequenos produtores de sisal e dos governos Estadual e Federal no sentido de buscar soluções para os problemas identificados e desenvolver alternativas (SANTOS e SILVA, 2018 p.4-5-6-11-10).

VI SIMPÓSIO

cidades médias e pequenas da Bahia

Figura 1. Território do Sisal. Estado da Bahia-Brasil, 2018.





Ou seja, essa dinâmica da cadeia produtiva do sisal é responsável pela ocupação da zona rural por proprietários de terra e trabalhadores, principalmente do “sisal”, que possuem como base, para operar a cadeia produtiva, os povoados próximos que com o tempo são emancipados e se transformam nas pequenas cidades que hoje predominam no Território do Sisal. Ratifica essa ideia os argumentos de Silva (2011) que defende que nesse território existe:

Uma rede de pequenas cidades, um território marcado pela intensa contradição entre os capitalistas que exploram o sisal (agave sisalana) e os milhares de trabalhadores do campo e da cidade que ainda hoje trabalham em condições precárias; um amplo conjunto de fluxos entre esses pequenos núcleos urbanos e rurais e o porto de Salvador, capital do estado; a ampliação gradativa da articulação das comunidades em associações, sindicatos, confederações e partidos políticos. Eis o pano de fundo para a gestação de uma rede urbana umbilicalmente forjada com a consolidação da cadeia produtiva do sisal.

Nosso argumento central é que o surgimento de núcleos urbanos no território ora estudado esteve historicamente condicionado ao processo produtivo do sisal com suas nuances políticas, culturais e econômicas. Assim, demonstramos a relação existente entre os dois processos que caracterizam o atual Território de Identidade Sisal no estado da Bahia, Brasil: a consolidação de um espaço marcado pelo vínculo com a cadeia produtiva e o surgimento e consolidação de cidades pequenas (SILVA 2011, p. 215).

Podemos então, por assim dizer, que a dinâmica migratória existente no Território do Sisal não é algo novo justamente porque está atrelada, em grande parte, desde a década de 1940, a essa dinâmica da cadeia produtiva, que sempre exigiu certa mobilidade dos trabalhadores e dos proprietários dos empreendimentos sisaleiros da zona rural para a zona urbana. Nossos dados sobre a mobilidade dos atuais residentes nas cidades pequenas foco da investigação permitem ratificar a ideia de uma contínua migração da zona rural para a urbana que contribui para o crescimento da cidade sem, no entanto, esvaziar de forma contundente a zona rural.

UMA BREVE NOTA SOBRE MIGRAÇÃO



O processo migratório existe e persiste no decorrer da história humana, tanto no Brasil quanto no mundo. Muda-se daqui pra lá, de lá pra cá... é uma ação corriqueira para milhares de pessoas todos os anos. Elas mudam por motivos e motivações diversas de forma que o movimento implica numa dinâmica que interfere na organização do espaço, tanto da zona rural quanto da zona urbana.

Damiani (1996) ratifica a ideia de que o processo migratório é característico da humanidade, argumentando que [...] “as migrações aparecem como característica permanente da espécie humana” (p. 51). Ou seja, é algo comum ao longo nossa existência. Já com relação aos estudos sobre migração destaca que “[...] envolvem uma perspectiva histórica ampla e acompanham o fenômeno desde a antiguidade até os nossos dias. O fenômeno do povoamento não poderia ser compreendido sem as migrações” (DAMIANI, 1996, p. 61).

De acordo com Moreira (1985) o movimento da população é denominado de migração e existem fatores de expulsão e de atração. Nessa perspectiva argumenta que:

Migrações são movimentos de população de um lugar para outro. Elas ocorrem devido a fatores de expulsão e de atração. Tais fatores podem ser de vários tipos: naturais (como secas ou enchentes), políticos, religioso, etc. Mas na maior parte das vezes eles são de ordem econômica (MOREIRA, 1985 p. 141).

Sendo na maior parte das vezes de ordem econômica o processo migratório está muito atrelado a interesses capitalistas. Para (DAMIANI, 1996, p. 39). ele “tem um caráter estratégico no desvendamento da relação entre a dinâmica populacional e o processo de acumulação do capital” Ainda segundo a autora o processo de migração envolve interesses contraditórios, a saber:

[...] é possível grandes proprietários de terra, agentes do processo de expropriação, reagirem em determinado momento com o êxodo, diante da perda da mão-de-obra barata, ou até gratuita, de suas fazendas; e em outro



momento, inversamente, diante da mobilização política dos trabalhadores, induzirem á migração (DAMIANI, 1996, pag. 41).

Portanto, ainda acompanhando os argumentos de Damiani (1996), podemos enfatizar que o estudo da migração pode desencadear uma análise do processo de desenvolvimento, a partir da análise da degradação de determinadas estruturas de propriedade em vista do processo de acumulação do capital. Diante disso, a autora ainda defende que a migração é fruto do processo de reprodução da grande propriedade. Nesse sentido, a referida autora faz uma ressalva, destaca um fato importante nessa dinâmica populacional, que é a migração do tipo rural-urbano. Esse tipo de migração constrói uma ideia no imigrante de que na cidade ele poderá ter um emprego em condições que possibilite uma estabilidade para o trabalhador e sua família. No entanto, na maioria dos casos isso não acontece, ao contrário, há um excesso de trabalhador em relação a oferta de vagas, com isso o trabalhador se incorpora em atividades desqualificadas e de baixa remuneração, passando a viver em bairros periféricos, em submoradias de modo geral.

É preciso demarcar também distinções conceituais importantes para entendermos de forma ampla o processo de migração. Para Moreira (1979) [...] “migrações internas são aquelas que se processam dentro de um país. Pode ser de uma região para outra (inter-regionais) ou dentro de uma mesma região (intra-regionais)”. Além disso, esse autor ressalta a migração campo-cidade, destacando o caráter de universalidade do processo.

Migração campo-cidade é um processo universal do mundo moderno, em que as populações rurais transferem-se para as cidades, trocando, portanto, as atividades rurais pelas atividades urbanas, isto é, indústria, comércio e serviços (MOREIRA, 1979 p. 112).

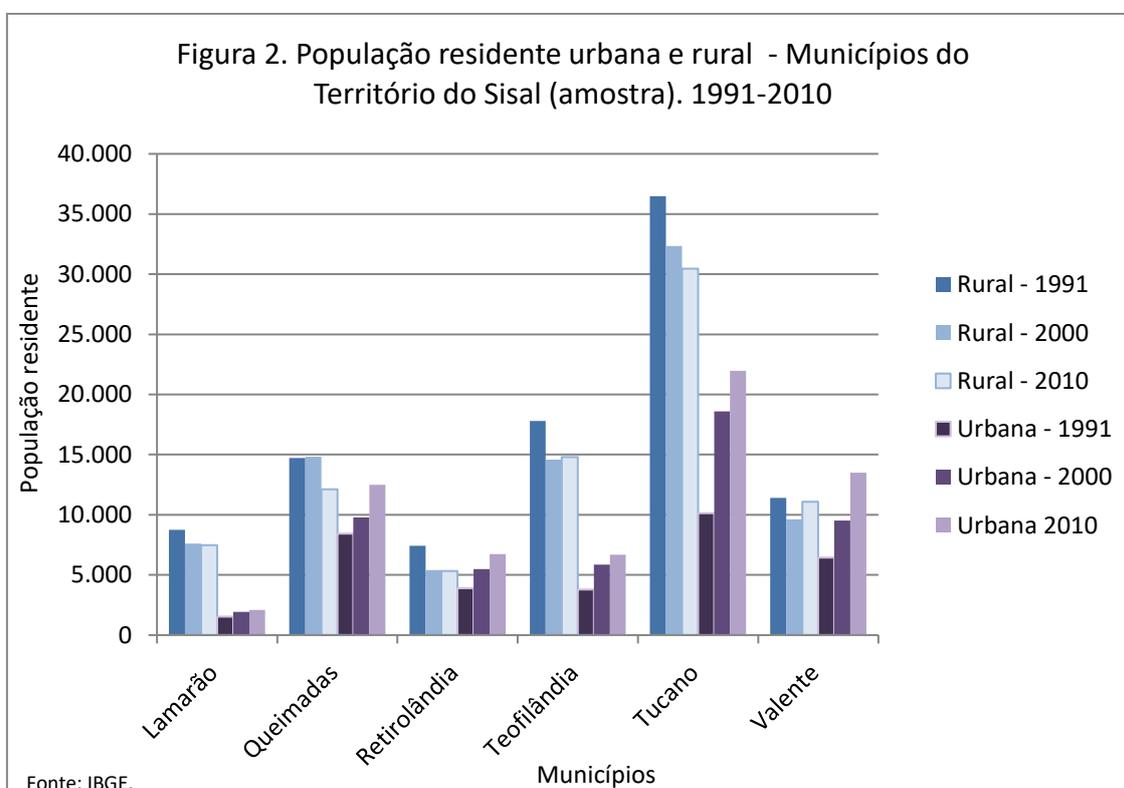
Portanto, abordamos nesse artigo, com foco para as cidades pequenas do Território do Sisal, uma vez que os questionários foram aplicados com os residentes nas



sedes dos municípios, a migração intramunicipal, que é fundamentalmente, porém não exclusiva visto que ocorre migração da zona rural para povoados e vilas, uma migração da zona rural para a cidade sede do município.

MIGRAÇÃO RURAL-URBANA

Nossa análise sobre a migração rural-urbano focou inicialmente uma série histórica de dados que permite perceber se houve significativa alteração na quantidade de residentes na zona rural e na zona urbana dos municípios (Figura 2), pois isso permite um primeiro indicativo de mobilidade entre essas duas zonas.





Os dados demonstram que houve uma contínua redução da população rural nos municípios de Lamarão, Queimadas, Retirolândia e Tucano. Apenas encontramos uma exceção no município de Valente onde ocorre, entre 1991 e 2000, uma redução da população rural, seguido de um acréscimo dessa mesma população rural entre 2000 e 2010. No entanto, esse acréscimo não tem significativo impacto, uma vez que o total de população residente rural em 2010 ficou abaixo de 1991.

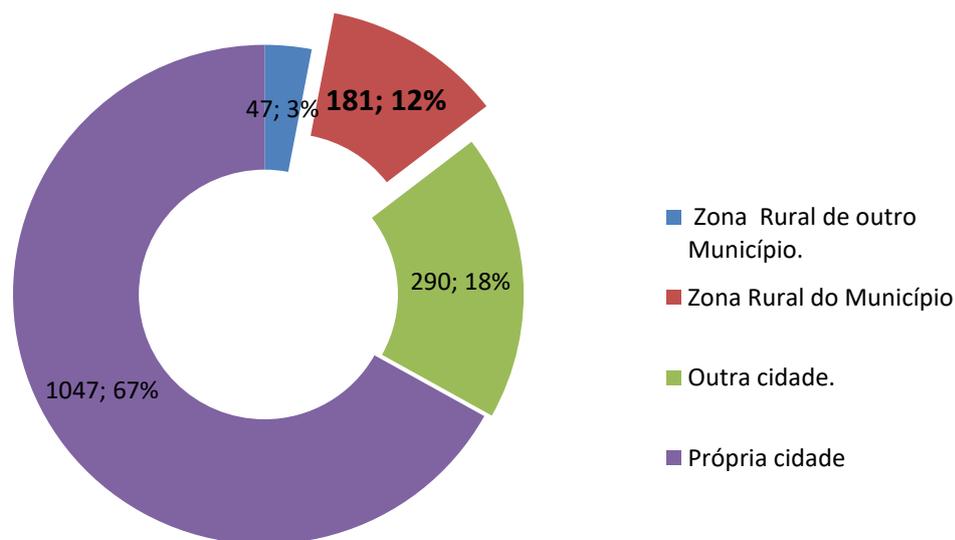
Ao contrário da população rural a população urbana tem acréscimo contínuo em todos os municípios de 1991 a 2010, indicando que a cidade pequena cresceu e, entre os fatores desse crescimento, está a saída de residentes da zona rural do próprio município.

Esses dados do IBGE são ratificados pelos nossos dados colhidos em trabalho de campo que evidenciam que 12 % dos residentes entrevistados afirmaram ter nascido na zona rural do próprio município, tendo, portanto, migrado para a cidade. Assim, passamos a investigar esse processo de mobilidade intramunicipal focando os residentes urbanos que migraram da zona rural.

Para isso perguntamos qual o local de nascimento desses residentes. De acordo com a figura 3, encontramos, no conjunto da amostra, 181 (12%) residentes que nasceram na zona rural do município. Vale destacar que a maioria dos residentes (67%) nasceu na própria cidade, outros 18 % em outras cidades e apenas 3 % na zona rural de outro município.



Figura 3. Local de nascimento da população residente (amostra).
Municípios do Território do Sisal. 2017.

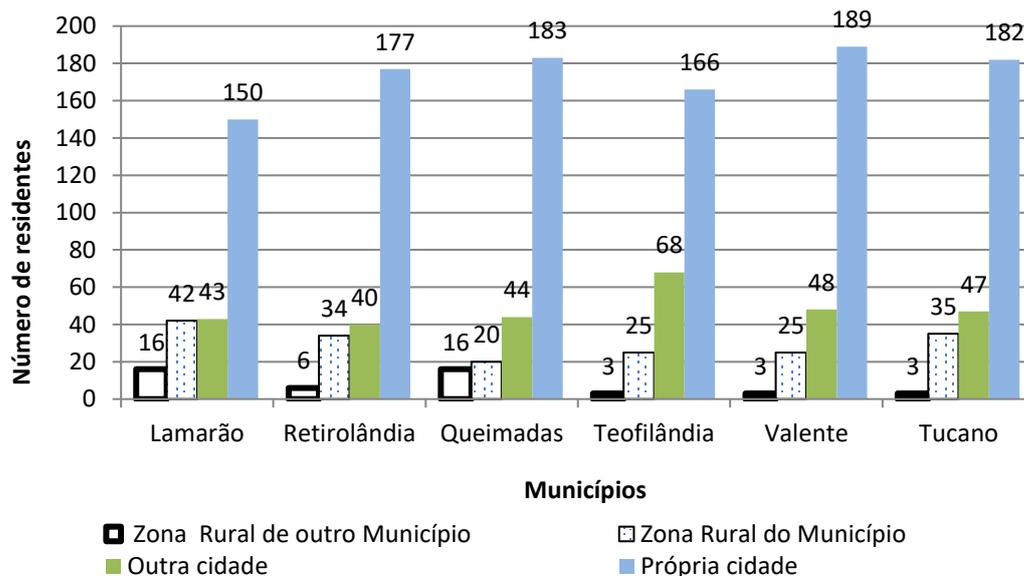


Fonte: Trabalho de Campo. Elaboração: Equipe GEOMOV/DCHF/UEFS - PPCTR.

Quando organizamos os dados por município (Figura 4 e Tabela 1) percebemos uma variação nos percentuais de migrantes da zona rural para a zona urbana. No município de Lamarão ocorre maior percentual (16,7 %) e em Queimada o menor (7,6 %).



Figura 4. Local de nascimento da população residente (amostra). Municípios do Território do Sisal. 2017.



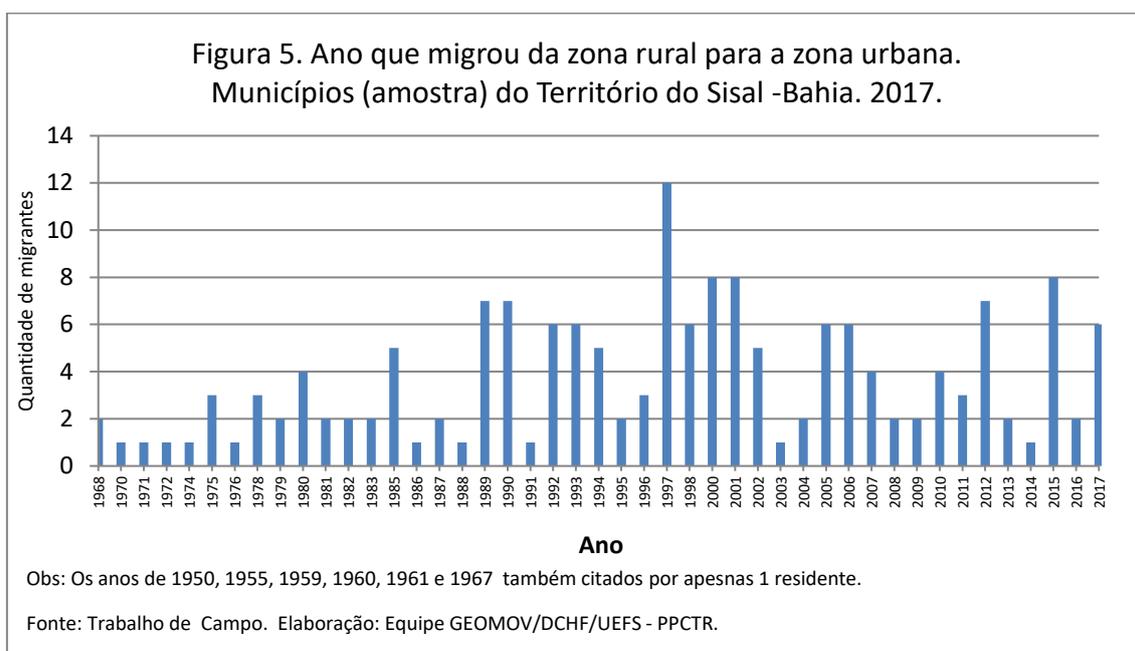
Fonte: Trabalho de Campo. Elaboração: Equipe GEOMOV/DCHF/UEFS - PPCTR.

Tabela 1. Residentes nascidos na zona rural (amostra). Municípios do Território do Sisal. 2017.

Município	Total de residentes nascidos na zona rural do município	Percentual de residentes nascidos na zona rural do município
Lamarão	42	16,7
Retirolândia	34	14,4
Queimadas	20	7,6
Teofilândia	25	9,5
Valente	25	9,4
Tucano	35	13,1



Assim, com foco nos 12% que nasceram na zona rural do próprio município perguntamos o ano e os motivos da migração. Com relação ao ano de migração (figura 5) verificamos um número de residentes, não muito significativos, que migraram na década de 1950 e de 1960, ratificando o argumento de que esse é um processo contínuo que pode ser facilmente associado a gênese da lavoura sisaleira, principalmente até o início da década de 1940.



Os picos mais importantes de migrantes estão localizados nos anos de 1985, 1989 e 1990 e depois entre 1992 e 1994. Se olharmos para a década de 1980 ela se destaca como período de forte mobilidade. É justamente na década de 1980 que ocorre a crise da lavoura sisaleira, o que contribui sobremaneira para esse processo de mobilidade impactando inclusive nos anos iniciais da década de 1990. Já a partir dos anos 2000 o que os dados indicam é um processo contínuo de mobilidade sem grandes picos de variação.

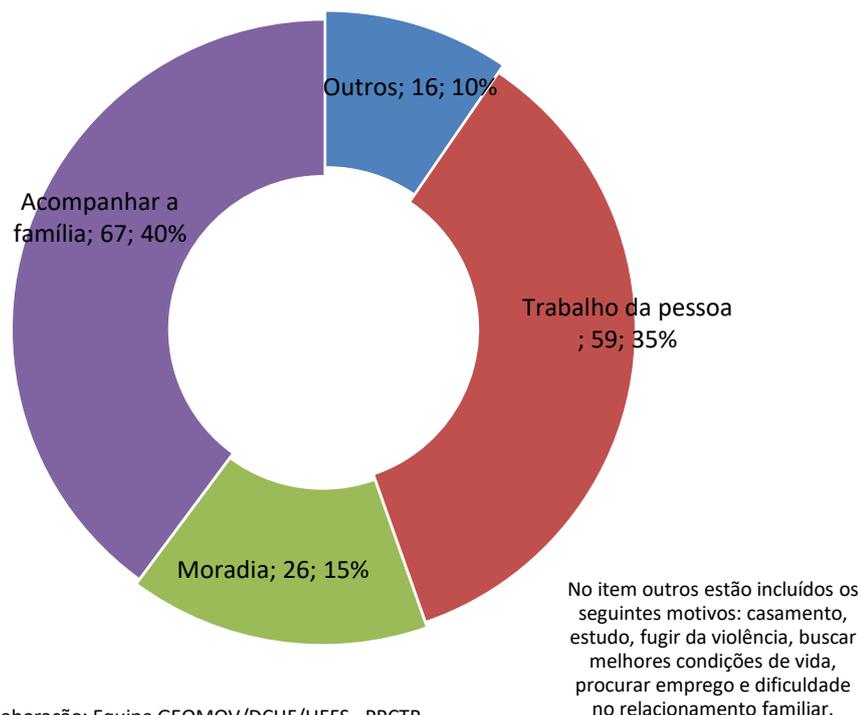


Chama atenção o grande número de residentes que migraram no ano de 1997, porém não encontramos justificativa para essa variação, uma vez que em todos os outros anos da década de 1990 ocorre oscilação dentro da média. Como o número de migrantes é também significativo em 1998, 2000 e 2001, levantamos a hipótese de que tenha contribuído para a ampliação do número de migrantes a estiagem que assolou o Nordeste brasileiro entre 1997 e 1999. Isso porque a plantação de sisal depende das chuvas, ou seja, quando ocorrem estiagens prolongadas as folhas da planta não podem ser cortadas e os trabalhadores ficam sem serviço durante esses períodos de seca. No entanto, fica aqui como uma indagação: seria a estiagem um motivo fundamental dessa migração da zona rural para a urbana? Os dados que temos não nos permitem afirmar isso, até mesmo porque acreditamos que a seca pode até impulsionar certos processos, mas os fatores geradores são de outra ordem: o latifúndio e as desigualdades de oportunidades de trabalho, renda e vida digna.

Também perguntamos o motivo da migração da zona rural para a urbana (Figura 6). O principal motivo apontado pelos residentes foi acompanhar a família. Ou seja, verificamos que muitas famílias migraram para a cidade pequena principalmente em busca de estudo para os filhos, de trabalho, de melhores condições de moradia. Esses residentes, em sua maioria, migraram ainda quando jovens, e alguns casos deixaram claro que a opção não foi sua, mas sim veio “morar na cidade” por uma decisão do chefe de família.



Figura 6. Motivo da migração da população residente da zona rural para a zona urbana. Território do Sisal. 2017.



Fonte: Trabalho de Campo. Elaboração: Equipe GEOMOV/DCHF/UEFS - PPCTR.

O segundo motivo mais relevante foi a busca por trabalho (33% dos residentes questionados). Identificamos pessoas que trabalham no comércio local na função de vendedores, pessoas que trabalham em fábricas de cordas e fios e pessoas que trabalham no serviço público.

Outro motivo apontado foi busca por moradia. Verificamos que é comum residentes da zona rural não possuírem casa própria ou mesmo morar em casas cedidas pelos proprietários de fazendas. Não tendo então a posse da terra muitos trabalhadores vão optar pela construção da sua casa não na fazenda onde mora, mas na sede do município. Uma vez que essa moradia fica pronta ocorre a migração. Também é comum que residentes da zona rural cadastrados nos programas de habitação popular, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida, migrem para a cidade quando “ganham” a casa



do governo. Assim, encontrar um lugar mais adequado para morar foi apontado por 15 % dos residentes como o motivo da sua migração da zona rural para a zona urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de migração da zona rural para a zona urbana no Território do Sisal é contínuo, sem grandes picos de variação. No entanto, não se verifica um esvaziamento da zona rural e nem mesmo um grande crescimento das sedes dos municípios que, com exceção de Serrinha e Conceição do Coité, são cidades pequenas.

É possível indicar uma relação entre essa migração e os períodos de desenvolvimento da cadeia produtiva da agave sisalana, uma vez que a atividade sisaleira já requer ampla articulação entre as áreas de plantio de sisal, os povoados e vilas e as cidades pequenas.

As pessoas migram em busca de trabalho, melhores condições de vida ou mesmo por questões familiares cotidianas, como casamento ou necessidade de colocar filhos na escola. Está nítido que essa mobilidade faz parte do cotidiano e está ainda em processo. No entanto, é um processo lento e que se insere na interface rural-urbano típica do cotidiano das cidades pequenas do Território do Sisal.

REFERÊNCIAS

BACELAR, W. K. A.; **Cidades Médias e Pequenas: Contradições, Mudanças e Permanências nos Espaços Urbanos**. 94. ed. v. 1000. 238p. Salvador 2012.

CORREA, Roberto Lobato, GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia: Conceitos e Temas**. 13º ed. Rio de Janeiro, 2010.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**, São Paulo, 1991.



DIAS, Patrícia Chame, SANTOS, Jânio organizadores. **Cidades médias e pequenas: Contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos.** Salvador: SEI 2012, 239 pag. il(serie estudo e pesquisa 94).

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**, 2º ed. São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção.** 4. ed. 308 p. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade: ensaios.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araujo da. Sisal na Bahia – Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16029, 2017.

SILVA, O. A da. Rede urbana e dinâmica regional no estado da Bahia: um olhar sobre o Território do sisal. In: DIAS, Patrícia Chame, SANTOS, Jânio organizadores. **Cidades médias e pequenas: Contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos.** Salvador: SEI 2012, 239 pag. il(serie estudo e pesquisa 94).